

Resumo do livro “A economia feminista: Por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa”, da autora H el ene Perivier¹

Hort encia de Lima Fraz o²
 guida Cristina Santos Almeida³

Introdu o

O livro “A economia feminista: Por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa”, foi escrito por H el ene Périvier, economista feminista, titular do observatório francês das conjunturas econ micas (OFCE), e desenvolve estudos sobre a desigualdade de gênero no mercado de trabalho e também dirige o Programa de pesquisa e ensino de saberes sobre o gênero (Presage), em Paris. O livro tem uma linguagem bastante didática, a autora trata de assuntos da teoria econômica e feminista, porém sempre com cuidado de explicar elementos necessários   compreensão do leitor.

H el ene apresenta seu livro dividido em 3 partes, na parte um, “A economista, a feminista e a cidade”, em dois capítulos, ela apresenta teorias e as relaciona com os temas, o primeiro com ênfase na economia, e o segundo com ênfase no feminismo, uma introdu o aos dois temas. Na segunda parte, “Além do homem econômico”, ela apresenta no terceiro e quarto capítulo, como a crítica feminista contribui para a quebra da crença no homo economicus, também como as economistas são tratadas dentro das ciências econ micas. Na parte 3 é onde a principal discussão acontece, que trata como a mulher se insere no mercado de trabalho e sua problemática salarial, e de que forma poderíamos corrigir esta questão.

Por ser francesa as discursões ocorrem tendo como base momentos históricos dos países do centro global, entretanto ela tem cuidado de trazer bastante referências femininas ao seu texto, ela realmente transmite a voz feminina presente na economia desde o início da ciência, não apenas a forma como os teóricos homens enxergavam o papel da mulher, apesar de também se fazer presente no texto, ela apresenta diversas economistas que fizeram parte da economia, e foram apagadas por não fazer parte do gênero masculino. Portanto, é uma excelente obra introdutória ao tema. O que me leva ao porquê de ter escolhido esta obra, percebo que há pouquíssimas leituras escritas por mulheres

¹Resumo escrito entre abril e junho de 2024, no âmbito das atividades do PET-Economia da UFCG.

²Graduanda em Ciências Econ micas pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), integrante do Programa de Educa o Tutorial (PET - Economia) e do GAACE-Grupo de Acompanhamento e Análise da Conjuntura Econ mica. E-mail: hortenciafrazao@hotmail.com.

³Professora da Unidade Acad mica de Economia da UFCG, tutora do PET-Economia, coordenadora do GAACE. No presente resumo atuou como revisora. E-mail: aguidasantosalmeida@gmail.com.

ao longo do curso, e sempre foi algo que me incomodou. A economia, como a própria autora trata em sua obra tende a ser bastante resistente a mudanças, mas isso não significa que está certo, pois há uma voz feminina na economia a ser considerada, mesmo que nem sempre feminista. Quando tratada em sala de aula, é como se o tema fosse tangenciado e não falado de fato. Arrisco dizer que a economia feminista deveria ser assunto obrigatório do curso, pois este permite um outro olhar para a economia.

Capítulo 1: “A economia e seus excessos”

Périvier apresenta o capítulo já com a problemática econômica do método, esta oposição entre o teórico e o empírico, que na verdade o economista tramita entre os dois, porém, estudos que deixam de lado a teoria vem ganhando maior prestígio. A autora segue questionando se o papel do economista perante a sociedade seria de apenas analisar a escolha ótima de custos e benefícios, ou poderia também analisar qual seria a escolha mais justa, afinal seria possível uma escolha livre de juízo de valor? Para Hélène, nem a pergunta é completamente neutra. Ela fecha a introdução do capítulo colocando como a economia feminista, de acordo com ela, não levantou questões relacionadas à divisão sexual do trabalho uma vez que está ela naturalizada e vista com bons olhos por economistas clássicos.

O tópico “A economia não é uma ciência sombria”, ela começa discordando como o título sugere de que a economia seria uma ciência sombria, que analisa escassez para tomar decisões difíceis, e por ser difíceis por vezes a moral é abandonada. Ela ilustra o seu pensamento com o exemplo do economista Carlyle, este que profere um discurso defendendo a escravidão, de acordo com ele, a escravidão favoreceria até mesmo os negros. Porém dentro da ciência há aqueles que atuam de forma a visar o bem comum não apenas o bem individual, como John Stuart Mill, este que põe na conta do racismo tal visão e demonstra que é de suma importância que haja uma análise que se oponha as injustiças.

Mill demonstra a mesma sensibilidade a analisar a situação da mulher perante à sociedade, como é exposto no texto, questionando que se fosse realmente real a inferioridade da mulher perante o homem, não seria preciso tantas leis as impedindo de fazer tantas coisas, como votar e estudar, de modo que as conquistas de direitos iguais poriam fim a desigualdade de gênero. Em contraste com a visão igualitarista de Mill, tem-se a visão utilitarista de Jeremy Bentham, que apesar de estar na mesma linhagem liberal de Mill, Bentham limita essa liberdade apenas ao campo do direito, bem mais individualista.

Visão essa, que abre caminho para a ideia do laissez-faire do século XIX, representado por Frédéric Bastiat, na qual deixar o mercado funcionar livremente levaria ao bem-estar coletivo. Todavia, tal estado que nunca aconteceu plenamente, pois de acordo com a autora, este enclave está descrito por Karl Marx, e a fonte é justamente a concorrência de trabalhadores, beneficiando os capitalistas. Hoje, em tempos de neoliberalismo, vemos que sexo e raça definem a posição econômica e social dos indivíduos, sendo esse um problema estrutural, sendo assim não sanados pelo utilitarismo. A autora reconhece que alteração das leis melhorou a vida das populações abastadas, porém ainda há muita desigualdade, não sanadas por liberdades individuais, que mantém racismo e machismo estruturais. Mostrando assim que não há uma ciência sombria, mas que repousa em preceitos ruins.

No próximo tópico “A ciência das pernas e dos prazeres”, a economista destrincha melhor como a economia se torna uma ciência voltada ao estudo dos prazeres através do mercado. Ela começa contextualizando a economia, como a economia nasce de uma ciência voltada a melhorar ativamente a vida humana, e vê na troca mercantil o grande meio para isso, deixando de lado o trabalho prestado sem este fim, destinado às mulheres. Já no século XIX, existe uma quebra na economia, deixando de lado questões que envolvam justiça social, e passando apenas a uma análise mercadológica, sobretudo sobre competição que leva ao equilíbrio de mercado.

Léon Walras, teoriza essa divisão e versa que a economia social estaria responsável por toda a questão de distribuição de riqueza e justiça social. Já William Stanley Jevons, delimita a atuação da economia apenas ao funcionamento do mercado, este que é a fonte de satisfação das necessidades humanas. Esse sistema põe um homem como maximizador de utilidade, comparando sempre o preço a utilidade, e com a revolução marginalista vemos o valor de um bem ser formado com base na sua utilidade marginal em relação ao seu preço, retirando o foco da economia do âmbito do trabalho, deixando completamente de lado o trabalho não direcionado ao mercado.

Esta nova ordem, analisa o indivíduo como um ser racional, representado na figura do *homo economicus*, deixando de lado o contexto político, racional e psicológico de cada um. Contrapondo-se ao neoliberalismo está o institucionalismo, este que relaciona e amplia a área da economia, extrapolando a outros ramos, como sociologia, história e direito, uma vez que entende as regras econômicas como comportamentos sociais, com raiz histórica. A autora então fecha a seção mencionando Jonh Maynard Keynes, que rejeita o laissez-faire e põe grande importância na política para a ação econômica. O emprego tem papel principal em sua teoria, principalmente para prover o estado de bem estar social, porém o emprego mencionado é sobretudo para os homens, reforçando o papel doméstico das mulheres.

Já em “A revanche dos neoliberais”, a economista explica como ocorreu essa renovação do pensamento liberal, em meados do século XX, nascendo essa posição política que exacerba o papel individual do sujeito, e põe em oposição a justiça social e o funcionamento dos mercados, este último que deve ser exaltado, suprimindo a justiça social, uma vez que entraria em conflito com o livre arbítrio do sujeito. É instaurado também o que a autora chama de “imperialismo neoclássico”, no qual se utiliza da mesma fórmula para sanar diversos problemas, mesmo os que extrapolam a ordem de mercado, análise essa que se coloca como neutra.

No último tópico deste capítulo, “A era da economia empírica”, Hélène explica como o método econômico se transforma e repousa sobre o método empírico, buscando relações entre fenômenos econômicos. Segundo a mesma, o modelo neoclássico analisa como as pessoas deveriam se comportar, portanto não descreve a realidade com exatidão, abrindo espaço para outras áreas, como a psicologia comportamental. A melhora das técnicas, como a análise de dados, permitiu um melhor teste dos modelos econômicos, porém estes podem aumentar a ilusão de neutralidade, ao mesmo tempo que aproximam a economia das ciências exatas, e priorizam eventos que podem ser mensurados, testados e provados.

Capítulo 2: “O feminismo pensa!”

A autora introduz o capítulo, com uma breve contextualização sobre o feminismo, expondo sua pretensão e principais características. Para “Os sexos e o gênero”, Hélène começa introduzindo o tema com a história do povoamento de Roma, feita por meio do rapto de mulheres de outra localidade, para ilustrar a diferença de tratamento entre os gêneros. Depois ela segue demonstrando algumas teorias de explicação para a diferenciação dos gêneros com base no sexo, sobretudo no tocante a capacidade reprodutiva feminina, de modo que ela introduz a questão da hierarquização dos sexos, tendo por base a função social desenvolvida.

A autora segue nos mostrando abordagens e conflitos do pensamento feminista pela história, mostrando como é diverso esse movimento, mesmo que em essência busquem a mesma coisa, a igualdade entre os sexos. Por exemplo, a abordagem do feminismo diferencialista, faz um certo empoderamento das funções biológicas naturais femininas, ao mesmo tempo que luta contra a visão de superioridade masculina. A autora segue nos explicando a diferença entre sexo biológico e sexo social, para ela:

O gênero designa a organização social da diferença dos sexos. Ele não reflete diferenças imutáveis ou físicas entre os sexos, mas define o sentido dado a essas diferenças corporais. Os significados variam de acordo com as culturas, os grupos sociais e a época, na medida em que nenhum aspecto do corpo (nem mesmo os órgãos reprodutivos)

determina, sem equívoco, qual a forma assumida pela divisão dos papéis. A noção de gênero foi difundida progressivamente para pensar a associação entre a diferença dos sexos e o seu conteúdo social e culturalmente construído (p. 58).

Ou seja, até mesmo os aparelhos reprodutivos não representam o sexo em si, é o sentido que atribuímos a eles culturalmente, estes que podem ser variados através da sociedade ou da época. Então o gênero vem associado ao sexo, porém com faces culturais e sociais, de modo que para a autora será difícil acabar com o conceito de gênero, mas é preciso “neutralizar a hierarquia entre feminino e masculino”. O caminho tomado para isso também é debatido, pois não basta apenas dissolver a binaridade dos termos, ao mesmo tempo que mesmo na categoria mulher há uma imensa pluralidade de culturas e raças, marcando também as diferentes violências que os indivíduos sofrem. A autora apresenta então o conceito de interseccionalidade, desenvolvido por Kimberlé W. Crenshaw, que cria um feminismo muito mais complexo de reivindicações, afim de abarcar as populações de mulheres vítimas das diversas opressões de gênero, classe e raça.

Já no tópico, “O proletário do proletário”, a economista irá tratar sobre as diferenças econômicas e sociais no feminismo, tanto uma contextualização como a dominação do gênero causa submissão econômica, como também, de que forma as diferentes vertentes econômicas feministas encaram tal questão. Hélène, chama atenção para o pensamento de Flora Tristan, escritora feminista do século XIX, que clama pela união da classe operária, e teria influenciado o pensamento de Marx e Engels. Indo um pouco mais além, para ela a mulher sofre uma dupla opressão, sendo trabalhadora e também mulher, daí o título da sessão, “ela é o proletário do proletário”, é preciso então a igualdade entre os sexos para constituir o que ela chama de “unidade humana”.

Para o feminismo marxista, o patriarcado é uma expressão do capitalismo, sendo este a primeira dominação do feminino. Mas, para o Feminismo materialista, a luta pelas mulheres é prioridade, pois para essa visão, a primeira dominação é a da classe masculina, que se beneficia do trabalho doméstico feminino gratuito. A autora então entra no questionamento de se seria a saída tornar esse trabalho pago. Contudo, para ela não resolveria a questão da desigualdade, e aponta que redistribuir as tarefas domésticas seria mais adequado.

A autora cita que em países com bom estado de bem-estar social, tem-se implementado políticas públicas para isso, como é o caso de alguns países europeus. Ela segue então para explicar como o patriarcado, o capitalismo moderno e o neoliberalismo se relacionam no que tange ao feminismo. O patriarcado, como sendo esse conjunto de amarras que prende homens e mulheres em papéis de dominantes e dominadas, e funcionam em várias instâncias. A autora rejeita a ideia de que o capitalismo e o patriarcado tem as mesmas bases, de modo que parece estar bem mais alinhada com o feminismo materialista. Ressalta que após o advento do capitalismo nem todas as mulheres

são dominadas e nem todos os homens se assumem como dominantes. A economista continua, definindo e diferenciando o capitalismo e o neoliberalismo, para ela

Enquanto o capitalismo social organiza a redistribuição das riquezas, o neoliberalismo organiza a concorrência como modo de regulamentação da sociedade. [...] Ao tornar o capitalismo tal como é, sem questionar as estruturas de poder e as desigualdades socioeconômicas que ele pode produzir, o feminismo liberal coloca o foco na igualdade dos sexos no seio de cada categoria social. (p. 66 e 67).

Então, assim como o neoliberalismo vai de encontro ao bem-esta social, o feminismo neoliberal busca igualdade dos sexos apenas. O feminismo fundamentado nas identidades sexuais, por sua vez, ficam à margem da discursão, reforçando a heteronormatividade. Porém, mesmo que reconheça as violências sofridas pela classe LGBTIA+, a autora traz a o pensamento de Nancy Fraser, “Fraser, defende um feminismo inclusivo, baseado não na identidade individual, mas nos status dos indivíduos e no reconhecimento que eles gozam no espaço público e na possibilidade de interagir”. Na discursão presente em “Democracia, Igualdade e justiça”, Périvier trata de como a mulher é inserida no contexto democrático, no primeiro momento não sendo inserida, sofrendo exclusão dos espaços públicos, revendo, para isso, o pensamento de Jean-Jacques Rousseau, ela assume: “o contrato social é acompanhado, em silêncio, de um contrato sexual. Este último organiza a sujeição das mulheres na esfera privada e regulamenta o acesso delas às esferas políticas e econômica” (p. 69), é uma democracia restrita realmente, que exclui as mulheres.

A autora traz que mesmo nos preceitos da democracia francesa, não há neutralidade e universalidade pretendida. No tangente a questão da igualdade, a autora cita a teoria de John Rawls sobre igualitarismo liberal, na qual ele acredita que a família é um local justo e desconsidera a diferença entre os sexos, e todo o desequilíbrio de poder intrínseco a ela, fonte de diversas violências de gênero, não resultam em igualdade de oportunidades também. Tendo em vista que a liberdade das mulheres é limitada de acordo com o contexto, a economista apresenta mais algumas formas e teorias feministas sobre tais questões, como o conceito da Capabilidade, de Martha Nussbaum e Amartya, as quais,

São um conjunto de possibilidades, de liberdades de escolhas e de agir, fruto de uma combinação entre as capacidades individuais em um dado ambiente político, social e econômico. Elas encaram uma liberdade fundamental do ser humano, que deve ser respeitada em todos os contextos. A teoria das capacidades abre uma via para o feminismo universalista capaz de defender os direitos das mulheres e igualdades em contextos culturais diferentes (p. 72).

Essas capacidades podem criar, por exemplo, indivíduos mais propensos ao cuidado, normalmente mulheres, pois viveram em um contexto que as fez desenvolver tais atividades. Então,

ao mesmo tempo em que elas são essenciais para desempenhar o trabalho do cuidado, porém como a economista pontua,

As mulheres que fazem o trabalho do cuidado, e em geral mulheres pobres e imigrantes, a falta de reconhecimento social e econômico dessas profissões está diretamente ligada à questão das desigualdades profissionais. De modo geral, devido a divisão sexual do trabalho, a experiência social das mulheres pode conduzi-las a ter um outro olhar sobre os disfuncionamentos das nossas sociedades e a expressar outra palavra que não a da racionalidade mercantil; as trocas humanas assumem múltiplas formas (p. 74).

Esse outro olhar, para a visão do ecofeminismo, é o que faz da mulher de certa forma mais conectada com a natureza, ao mesmo tempo que retoma a perspectiva marxista e vê a natureza e a mulher vítima de um mesmo sistema de dominação masculina. Sobretudo nos países pobres, a realidade das mudanças climáticas, fazem com que as mulheres (em especial as indígenas e as pobres) estejam mais vulneráveis às catástrofes naturais. Ao mesmo tempo que também sejam as que mais têm interesse à mudança, e as que mais lutem para isso.

Capítulo 3: “As críticas feministas de economia”

Péruvier irá fazer uma grande volta sobre o pensamento de economistas ao longo da história econômica, no tópico “Os homens do seu tempo”, trazendo como eles viam o papel da mulher na sociedade em especial no mercado de trabalho. Tendo o seu pensamento muito marcado pelo patriarcado de sua época, o trabalho desempenhado pelas mulheres não é interesse do considerado pai da economia, Adam Smith, que volta seu interesse apenas para o trabalho mercantilista, considera que os agentes econômicos agem por *interesse pessoal*. Porém, dentro da família esse não deve ser o sentimento dominante, este que deve permanecer por *sentimentos morais*.

Para os clássicos, o homem era o grande provedor da família, deste modo, o salário de homens solteiros e mulheres poderiam ser menores. A partir do século XIX, a revolução Darwiniana, instaura o determinismo biológico, com mais argumentos à domesticação das mulheres, ao passo que a revolução industrial cria uma nova ordem social, na qual muitas mulheres são empurradas a trabalhos nas metrópoles. Não obstante, as operárias são vistas com maus olhos pelos economistas da época, dado que sua atuação profissional é considerada como fragilizadora da ordem social, de modo que havia legislações para limitar a atuação das mulheres no mercado de trabalho.

John Stuart Mill, é contrário a essa limitação, para ele, as mulheres acabaram por optar pelo caminho do casamento sem que precisem ser forçadas a isso. Assim, Mill defende a igualdade de gênero na esfera pública, sem que sejam libertas do seu trabalho improdutivo. Stanley Jevons, acredita que mulheres casadas e com filhos devem ter participação no mercado de trabalho

reduzidos, afim de cuidar de sua prole. Alfred Marshall, acredita que as mulheres não conseguiriam se inserir no contexto capitalista pois seu instinto é incompatível com a racionalidade econômica, esta que é necessária para a perpetuação do capitalismo.

John Commons, acredita que o trabalho das mulheres compete com o dos homens, indo contra o capitalismo social. Veblen, por outro lado, discorda da divisão sexual do trabalho, que para ele é um modelo indesejável, defende o trabalho feminino, por meio do ato do consumo, para ele a mulher que não trabalha e consome garante status ao seu marido de grande provedor, a tornando um objeto do mesmo. A autora então apresenta o pensamento de Keynes, este que “via nas leis que regiam o casamento e a contracepção freios à emancipação das mulheres, *a mais intolerável das tiranias*. [...] Keynes também faz referência à condição econômica das mulheres e à possibilidade de reconhecer, por meio de um *salário familiar*, o trabalho não remunerado que realiza em casa.” (p. 90 e 91).

No tópico “O neoliberalismo e a diferença dos sexos”, Périvier analisará a forma como o neoliberalismo analisa gênero e raça, como em todo modelo, diversas questões sociais e políticas são deixadas de lado, enquanto ignoram a discriminação presente entre os sexos, ora não há então problema a ser resolvido quando ele não existe. Ela introduz seu tópico anunciando que por não ser guiada pelo egoísmo, a mulher não é representada pelo *homem economicus*, então deveria agir de acordo com suas capacidades. Porém, essa é uma contradição em um pensamento que acredita na liberdade dos agentes.

Ela segue então apresentando o pensamento de alguns neoclássicos, segue com o pensamento de Gary Becker, esse que acredita que as vantagens que as mulheres apresentam na produção doméstica devem ser aproveitadas para criar um lar harmonioso, enquanto cabe aos homens cuidarem da sua carreira, ao mesmo tempo que nega uma organização patriarcal. Becker, ignora a eficiência técnica do trabalho, proposto por Adam Smith, e credita à biologia o comportamento diferencial entre homens e mulheres. Explicando então as discriminações por sexo e raça, a autora sintetiza o pensamento de Gary Becker: “As discriminações são exógenas e resultam das preferências racistas ou sexistas dos agentes (empregadores, trabalhadores e consumidores), que os levam a não contratar ou pessoas pertencentes a minorias étnicas. Consequentemente, o salário é diferente da produtividade marginal do trabalhador” (p. 94).

A economista segue mostrando um pouco do pensamento de Milton Friedman, este que acreditava que salários iguais seriam desvantajosos para as mulheres, uma vez que poderia reduzir as oportunidades para elas, pois pagando o mesmo valor aos indivíduos, levaria os contratadores à empregar mais homens, reduzindo as oportunidades de emprego para as mulheres. Hélène cita ainda como o aborto é encarado pelos neoclássicos, como por exemplo, para Becker, o aborto poderia ser

uma excelente alternativa para que casais escolhessem o sexo do feto, e mesmo que resultasse em uma diminuição da população feminina, poderia melhorar a condição das mulheres na sociedade, usando uma alusão ao conceito da oferta e da demanda em livre concorrência, ele explica como a escassez de mulheres na sociedade poderia leva-las a condições mais matrimoniais favoráveis.

No tópico “As abordagens feministas da economia”, a autora dedica a fazer essa apresentação das principais abordagens, como elas se relacionam e o contexto de cada uma. Basicamente as abordagens feministas são diversas, destacando-se desde a marxista até a neoliberal, demonstrando a pluralidade do movimento feminista na economia, contando também quais os primeiros estudos sobre gênero e seu desenvolvimento. Périvier pontua os primeiros estudos feministas em 1972 e como em 1980, “gênero” se torna uma categoria social. Ela exemplifica como os modelos que previam a redução da oferta de trabalho com o aumento de salário estavam errados no longo prazo, principalmente quando as mulheres acessam o mercado de trabalho e acompanha um aumento de salário, para a autora, isso decorre de que o trabalho é “uma fonte de emancipação e reconhecimento social” (p. 100).

Enquanto a economia feminina marxista evidencia a dominação masculina e a relaciona com a falta de reconhecimento que a economia do cuidado sofre, a economia feminista neoclássica, parte de uma abordagem mais individualista e liberal, acreditando que as características do *homo economicus* podem servir também para as mulheres. A economia neoinstitucionalista, versa que as mulheres realizaram o trabalho doméstico por meio do que a autora chama de “contrato implícito de gênero”, e não do altruísmo, e hoje é realizado ainda por elas, mas com o intermédio contratual trabalhista. Neste sentido, é buscada uma melhor remuneração, ao mesmo tempo, que o cuidado seja partilhado socialmente. A abordagem institucionalista feminista, aplicando a teoria institucionalista ao feminismo, encara o indivíduo como parte integrante de uma sociedade, e por isso suas decisões são influenciadas por diversas questões, inclusive as normas sociais relacionadas ao gênero.

A abordagem construcionista, teoriza negando características tidas como femininas e masculinas, mas ao negá-las acaba por priorizar as tidas como masculinas em detrimento das femininas. Como consequência “trata-se de desmontar a influência das normas de gênero nas sociedades e de atacar assim as raízes das desigualdades entre os sexos” (p. 104). No campo da economia feminista aplicada, tem-se diversos estudos econométricos sobre discriminações sociais, e como políticas públicas impactam as populações fragilizadas.

Capítulo 4: “Sexo e gênero da economia”

No capítulo 4, “Sexo e gênero da economia”, a autora irá discorrer sobre como a teoria das mulheres é tratada na economia. A autora mostra também como há o apagamento de teorias femininas, de acordo com a mesma, havia poucas mulheres economistas durante a história, dado que as mulheres não tinham acesso à educação, e as que tinham falavam de questões pertinentes a sua vida, e eram consideradas externas à economia. Por isso, ou sofriam preconceitos por serem mulheres, e apenas por isso eram apagadas.

Em “As filhas de Adam Smith”, ela cita alguns nomes de mulheres que não tiveram o reconhecimento devido, como é o caso de Jane Marcet (1769-1858) e Harriet Martineau (1802-1876), que de acordo com a autora, escreveram manuais de economia bastante populares, divulgando ideias da economia clássica liberal. A autora cita ainda Millicent Fawcet (1847-1929) e Harriet Taylor (1807-1858), ambas casadas com economistas reconhecidos, a primeira lançou seu manual de economia política e a segunda casada com John Stuart Mill, que efetuou juntamente com ele a escrita de seu manual de economia, e não levou os créditos oficiais, foi preferível deixar apenas o nome do marido para que a obra fosse mais aceita.

Em uma época na qual mulheres não poderiam ter acesso à educação formal, Julie-Victoire Daubié (1824-1874), escrevia sobre a situação das mulheres no mercado de trabalho, para ela a revolução industrial reduziu a oferta de empregos para as mulheres, estas que se ocupavam de fazer um trabalho que posteriormente foi ocupado por máquinas. Ela também estudou como as mulheres são mais afetadas pelas crises econômicas de sua época, contudo, morreu sem o devido reconhecimento. Já Clémence Royer (1830-1902), foi uma economista autodidata, instruída a partir de livros na biblioteca de onde era governanta, Royer empodera a mulher a partir de seu papel social, defensora da cidadania feminina, credita a maternidade uma importância até maior que o serviço militar masculino, pregava por um imposto que fosse mais justo entre as classes sociais. A autora lembra que apesar da discriminação e do trabalho feminino ter ficado de fora dos holofotes da economia, o trabalho feminino “foi incontestavelmente o motor da economia do trabalho ao longo do século XX, tanto no plano teórico quanto no empírico, no que diz respeito aos métodos, às análises e às interpretações” (p. 117).

Périvier chama atenção às dificuldades que as mulheres enfrentam na carreira acadêmica que as leva a publicarem menos que os homens, no tópico “Publicação, carreira e discriminação”, alguns motivos que as fazem publicar menos podem ser por conta da maternidade, e também mulheres normalmente se ocupam mais por atividades administrativas da academia do que homens, sobrando menos tempo para dedicar-se à publicação. Também comenta sobre possíveis motivos de terem comparativamente poucas mulheres nos cursos de economia, podendo ser creditado ao fato do curso estar ligado às exatas (área que afasta as mulheres, por apresentarem maior aptidão às áreas

humanas), mas principalmente ao ambiente desfavorável as mulheres, a própria falta de exemplos de mulheres na economia também é um fator a si considerar. A autora também traz dados que demonstram o quanto as mulheres se sentem desconfortáveis na economia, por sentirem mais discriminações de âmbito sexista do que os homens, nos diversos níveis da carreira econômica.

As discriminações que as mulheres sofrem na área ultrapassam o ataque pessoal, e chegam até o seu objeto de estudo, pois ao publicarem na área que são considerados *assuntos de mulher*, podem ficar isoladas, de acordo com Daniel Hamermesh, e por isso deveriam evitar tais assuntos pelo menos no início de sua carreira. Mas, para a autora, “os conselhos de Hamermesh derivam do pragmatismo, mas tratam de fazer uma composição com os defeitos da disciplina em vez de procurar corrigi-los” (p. 125). A economista encerra então o capítulo citando a também economista feminista, Marianne Ferber, para que as mulheres sejam originais e fieis ao que lhes interessa.

Capítulo 5: “Do senhor ganha-pão à senhora ganha-migalhas”

Aqui a autora irá tratar sobre questões financeiras na organização familiar, mostrando como esse modelo sai de “senhor ganha-pão”, no qual foi moldado na sociedade capitalista patriarcal, passando por mudanças, sobretudo após a segunda metade do século XX, assumindo o regime atual, que a autora chama de “senhora ganha-migalhas”, regime este no qual mulheres assumem postos no mercado de trabalho, ao mesmo tempo em que são encarregadas do lar e menos remuneradas que os homens. No tópico “Contar o trabalho das mulheres”, Hélène mostrará como o trabalho das mulheres foi recebido pela sociedade francesa do sec. XX, segundo ela teve-se muita resistência dos economistas, que tinham receio de que o trabalho feminino fosse por fim a ordem capitalista. Em seguida ela registra como é difícil acompanhar a história do trabalho feminino, pois ao longo das eras boa parte dele não foi contabilizado. Para ela, “As estatísticas da população ativa mostram que as mulheres sempre trabalharam e em todos os setores, inclusive na indústria. A maior parte dos lares não podia se permitir optar pelo modelo familiar no qual o homem trabalha e a mulher se ocupa do lar. Somente o salário do homem não era sempre suficiente para prover as necessidades da família” (p. 135).

Chegamos então ao “Apogeu e declínio do senhor ganha-pão”, em uma “Economia política do patriarcado”, que se forma em um contexto pós Segunda Guerra, no qual predominava o pensamento Keynesiano. Devido o modelo de natalidade ser motor do desenvolvimento econômico, a mulher é tida como indispensável em seu papel dentro do lar, como geradora. Porém, não era atribuído valor ao trabalho doméstico, onde a mulher tinha sua cidadania social “dependente do seu estado civil e da situação profissional: a das mulheres se baseava em direitos e a das mulheres

casadas, do lar, em direitos derivados” (p. 137). Ao longo da segunda metade do XX, as mulheres foram alcançando o mercado de trabalho, devido a diversos fatores, dentre eles o controle da sua vida reprodutiva, por meio de métodos contraceptivos, avanço de aparelhos domésticos, resultando em ganho da produtividade, e a própria luta feminista foi ganhando força e fortalecendo essa ida ao mercado de trabalho. Contudo, a diferença salarial permanece, abrindo espaço para o modelo “senhora ganha-migalhas”.

A autora apresenta em “Trabalho, família e desigualdades” a problemática que a mulher enfrenta ao ter que balancear o trabalho doméstico com a carreira profissional, pois a partir do momento que a mulher assume um posto no mercado de trabalho, há o acúmulo de suas funções anteriores, de cuidadoras do lar. Na maioria dos casos, o trabalho doméstico masculino não acompanha o feminino, as fazendo trabalhar mais. A autora cita que mesmo após serem pais, a porcentagem de mulheres a terem que adequar a vida profissional é maior do que a de homens. Para ela a divisão do trabalho doméstico ainda é baseada em normas de gênero social, mesmo que ineficazes. Périvier detalha como o governo de alguns países europeus atuaram para tentar arrefecer o impacto da maternidade na vida profissional das mulheres, por exemplo, aumentando a licença paternidade e limitando a licença maternidade, porém essas medidas demonstraram pouca diferença na carreira das mulheres.

A economista credita parte dessas diferenças remuneratórias à discriminação de gênero, questões que ela trata no tópico: “As discriminações: da teoria à medida”, para Périvier diante de um cenário de incertezas de uma entrevista de emprego, o empregador normalmente lança mão das discriminações sociais e acaba por contratar um homem, pois mulheres são vistas socialmente como um grupo incerto na continuidade de sua carreira, mesmo tendo mais instrução que os homens. Outra explicação é que prevendo que aquela carreira seria desfavorável a elas, levaria a buscar outros caminhos, mesmo que a remuneração seja menor. Do lado neoclássico, justifica-se essa disparidade salarial com a baixa produtividade do trabalho feminino, este que rende menos justamente por receber menos. O ramo da economia comportamental credita o comportamento entre os sexos, ao reforço de comportamento dos indevidos que tendem a agir de forma a confirmarem estigmas sociais, dessa forma, “As mulheres e os homens se engajam em carreiras respectivamente femininas e masculinas, o que resulta em uma segregação sexuada do emprego” (p. 149).

A economia experimental por sua vez, credita as desigualdades às discriminações, a autora cita estudos e experimentos feitos na área que comprovaram que parte da desigualdade pode realmente ser discriminatória, ao passo que em audições às cegas, minorias tem mais chances de serem selecionadas, provando como mesmo na contratação já há a discriminação, quanto a desigualdade salarial, as justificativas utilizadas pelos neoclássicos para explicar toda a disparidade

não dão conta, por isso que podemos colocar a disparidade salarial entre os sexos que desempenham a mesma função na conta da discriminação.

Capítulo 6: “A prioridade da Igualdade”

Hélène fará uma abordagem histórica no tópico “A Europa, a igualdade e a concorrência leal”, sobre como a questão da igualdade entre os sexos foi tratada na Europa, desde a sua fundação. Em um primeiro momento a preocupação era de criar condições o mais iguais possíveis, para que os mercados pudessem convergir em condições competitivamente iguais. No campo dos sindicatos, também foi aderido a ideia de igualdade salarial pensando em como o salário menor das mulheres poderia ser uma ameaça aos empregos dos homens, então pouco a pouco os países foram aderindo ao tratado de Roma de 1957. A medida que os movimentos feministas foram crescendo, a luta por igualdade foi tomando maior proporção, resultando em leis mais fortes para garantir-lhes a equidade, cada vez mais em uma perspectiva de justiça social. Porém a partir dos anos 1970 e 1990, o princípio da igualdade foi sendo abandonado, e em seu lugar vem um discurso cada vez mais neoliberal.

Em “O novo espírito do neoliberalismo”, a autora critica como o neoliberalismo foi moldando a visão sobre o feminismo. Em um primeiro momento, o neoliberalismo no final dos anos 1970, muda o discurso do capitalismo, se antes havia a assistência social forte, passa-se à exaltação do indivíduo, por meio de responsabilização de sua própria vida. Reformas no governo estadunidense em 1996 fragilizaram programas de assistência às mães solo, estas que tiveram que voltar ao mercado de trabalho, e pioraram de vida, sobre isso a autora dispara:

A participação das mulheres no mercado de trabalho é uma condição necessária para sua emancipação, mas não é suficiente: as condições para exercer esse trabalho, o tipo de emprego ocupado e a qualidade desse emprego são determinantes. A abordagem pela responsabilização individual encontra aqui os seus limites para lutar contra as desigualdades (p. 166).

Périvier apresenta como a partir do sec. XXI o neoliberalismo assume o discurso feminista, vendo com bons olhos a luta por igualdade, apenas no âmbito mercadológico, pois percebe-se que pode ser muito vantajoso, com lucros no longo prazo, para as empresas e organizações busquem maior representatividade e equidade entre os gêneros. Dessa forma, agentes econômicos como empresas criam programas de ajuda às mulheres, com o intuito de aumentar a porcentagem feminina. Esse novo discurso do neoliberalismo desconsidera diversas questões sociais e não está preocupado com a ajuda às mulheres de fato, na verdade, está despreocupado com a justiça social, mas apenas em performar um discurso feminista a fim de lucrar mais.

A autora então faz no tópico “Defender a igualdade por ela mesma” uma discussão sobre a pretensão de igualdade, não se as ações utilizadas para chegar a igualdade são eficazes, mas qual seria a finalidade de tais políticas. As políticas de cotas por exemplo, são eficazes ao passo que garantem que minorias ocupem espaços inéditos, mas nem sempre garantirão mais lucros às empresas. Porém, Hélène defende que esse não deve ser o motivador de tais políticas, as quais devem buscar igualdade, por motivos de justiça mesmo, e não por eficiência, para ela:

A questão pertinente não portanto a de eficiência, mas a da justa redistribuição de recursos e riquezas. [...] A dinâmica igualitária pode, às vezes, produzir efeitos econômicos positivos em certas configurações, efeitos que podem qualificar de benefícios colaterais de igualdade, mas estes não podem servir como justificativa para essas políticas (p. 175 e 176).

A autora termina então seu livro com a Conclusão, denominada: “Por uma economia política feminista”, na qual ela conta um pouco os enclaves políticos que proíbem o avanço de medidas feministas na sociedade francesa, como a reformulação do sistema de seguro maternal e paternal, a autora credita essas dificuldades aos apegos conservadores, que não abrem mão do sistema presente. Hélène cita ainda que os desafios estão na própria formulação das políticas, pois para ela é preciso repensar todo o sistema para “um modelo coerente, portador de emancipação e de igualdade” (p. 181).

Conclusão

A autora relaciona em seu livro a economia e o feminismo, fazendo uma relação que atravessa os dois campos, ela mostra ao leitor realmente o motivo da ciência econômica precisar do feminismo, assim como anuncia no subtítulo da obra. A economia feminista é diversa porque as mulheres que a compõem são diversas, e ela consegue sintetizar bem as principais correntes deste movimento, ao mesmo tempo em que apresenta os principais problemas da economia, esta que tem bastante dificuldade em mudar. Porém, Hélène discute também saídas, não são soluções universais genéricas, e sim sugestões para um posicionamento que poderia guiar a sociedade, em vez de tomar decisões feministas pensando na eficiência, deve-se fazê-lo por questões de justiça social. Dessa forma responde por que a ciência econômica é fundamental ao feminismo, pois a economia pode manipular dados e teorias e assim encontrar soluções concretas para problemas de desigualdades sociais. A economista não é nem um pouco neutra, mas em nenhum momento teve a intenção de fazê-lo, na verdade ela ataca esse princípio econômico da neutralidade, e denuncia como a economia não é neutra, apenas usa esse discurso quando lhe convém.

A obra é uma excelente introdução a essa economia feminista, e também é uma ótima fonte

de inquietação. Apesar de falar sobre os países do centro, sobretudo Estados Unidos e países da Europa, os problemas da periferia vão além e perpassam por uma desigualdade bem mais profunda, porém é possível fazer essa conexão, pois a relação de dominação patriarcal é uma experiência presente em ambas as localidades. Estando mais que recomendádo, o livro quebra com diversas retóricas sexistas da economia, empodera mulheres economistas a seguirem na carreira o caminho que desejam, e mostra que o feminismo econômico vai bem além do ideal feminista neoliberal que temos acesso mais facilmente.

Referência do livro:

PÉRIVIER, Hélène. A economia feminista: Por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa. 1ª edição. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.